MUNICÍPIO DO FUNCHAL

71/CMF/DEC/2020

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA FORMAÇÃO DO CONTRATO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O EVENTO "ALDEIA NATAL" 2020

CADERNO DE ENCARGOS

JORGE FILIPE GÓIS GARANITO
Assinado de forma digital por JORGE FILIPE GÓIS GARANITO
Dados: 2020.11.24 17:57:15 Z

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual por consulta prévia, que tem por objeto principal a Prestação de serviços para o evento "**Aldeia Natal 2020"** (conceção, montagem, decoração, monitorização, animação e desmontagem do espaço para este evento na Praça do Município), de acordo com as especificações técnicas constantes das cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.

2 – O objeto do contrato a celebrar está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) 79952000-2 Serviços de eventos, de acordo com o Regulamento (CE) n.° 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no

artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

5 - Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 3.ª

Duração do contrato

O prazo de execução da prestação de serviços é de 45 (quarenta e cinco) dias, que prevê o prazo para a montagem e desmontagem de todo o evento, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

a) Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

Obrigação de prestar os serviços de acordo com as seguintes necessidades, para o evento Aldeia Natal, a decorrer na Praça do Município, entre o dia 09 de dezembro de 2020 e o dia 06 de janeiro de 2021:

1. **Ideação do Projeto**
   - **1.1** Conceção estética e funcional do espaço, com o zonamento / organização dos diferentes espaços e respetivas valências representados em planta com escala. O Projeto deverá incidir sobre a Praça do Município, atendendo a que a passagem de peões não poderá ser comprometida, devendo acontecer ao redor de toda a praça, numa faixa mínima de aproximadamente 1,5 metros.
2. **Execução física do projeto / Montagem**
   - **2.1** Elaboração de toda a instalação elétrica necessária ao recinto, a partir do quadro elétrico que o município colocará numa das extremidades da praça;
   - **2.2** Transporte de materiais dos armazéns para a Praça do Município;

2.3 Construção e revestimento em madeira de duas abrigos com 12 metros de comprimento e seis de largura cada, abertos em toda a sua extensão;

2.4 Construção de seis bancos e seis bancadas em madeira, com 1,80m x 0.70m cada bancada, que servia simultaneamente de mesa de trabalho e de expositor dos produtos fabricados pelos artesãos;

2.5 Cada um destes abrigos deverá ter dois espaços fechados para arrumes;

2.6 Iluminação adequada para o espaço, com especial enfoque para o chafariz;

2.7 Revestimento de toda a Praça com relva sintética (Aquisição1.000 m2 - 10 rolos de 100 m2 cada, transporte, montagem e desmontagem da relva sintética)

2.8 Impressão de material gráfico: O evento deverá estar identificado e, enquanto o mesmo decorrer, o cartaz e programa de atividades devem estar afixados nas duas extremidades do recinto, designadamente em tríptico ou estrutura semelhante, com dimensão mínima de 2,00m x 0,80m.

3. Licenças e Seguros

3.1 Aquisição de licença junto da Sociedade Portuguesa de Autores (**SPA**) que cubra todo o evento;

3.2 Subscrição de um seguro de responsabilidade civil para o adjudicatário e um seguro de acidentes pessoais, específico para este evento;

4. Prestação de Serviços ao decorrer do evento

4.1 Limpeza e desinfeção diária do espaço às 09h00, exceto dia de natal;

4.2 Um assistente figurado, em permanência, das 10h00 às 19h00. Este assistente/vigilante deverá possuir boa capacidade de comunicação com adultos e crianças; boa disposição; capacidade de dinamizar alguns jogos e sentido de responsabilidade;

4.3 Animação nos dias úteis da parte da tarde (das 12h30 às 19h00, aos fins-de-semana, feriados e tolerâncias de ponto). Dinamização de jogos tradicionais que não favoreçam os ajuntamentos de crianças, tais como: a Macaca, Jogo do pião, Jogo do galo gigante, saltar à corda, corrida de sacos, "O Rei manda", Tiro ao alvo, entre outos. Os jogos não poderão ser todos disponibilizados ao mesmo tempo. Uma vez que os jogos tradicionais podem ir ocorrendo ao longo do dia, com o apoio do vigilante, as atividades dos animadores, que acontecem da parte

da tarde, devem destacar-se das restantes. Assim, e dentro das limitações que temos para realização de atividades, deverá optar-se por atividades como as seguintes: Balões de modelar distribuídos pelas crianças; dança infantil; Circuitos de destreza, coordenação e equilíbrio; Origamis engraçados, Pulseiras em macramé, Pulseiras e colares de missangas. Para as atividades que implicam trabalhos manuais deverão ter um número reduzido de participantes em simultâneo e que o material esteja já dividido por kits individuais para cada criança. A criança deve usar máscara durante as atividades e desinfetar as mãos antes de iniciar. Nestas atividades deverá ser medida a temperatura à criança antes de as iniciar.

É absolutamente necessário que todo o material que é tocado pelas crianças seja desinfetado entre utilizações;

4.4 Contratação de 12 artesãos, distribuídos por dois turnos (6 artesãos para o turno da manha, das 10h00 às 14h30, e 6 artesãos para o turno da tarde, das 14h30 às 19h00);

4.5 Manutenção do espaço em boas condições ao longo de todo o evento;

4.6 Os dois abrigos a utilizar para as atividades artesanais e de animação deverão permitir: num a permanência de quatro artesãos em simultâneo, e noutro a permanência de dois artesãos e de um espaço de animação;

4.7 Toda a área a utilizar para a Aldeia Natal deverá ser aberta e de acesso livre;

4.8 Articulação com o comércio Local - Criação de formas de articulação deste evento com o comércio tradicional do centro do Funchal, através de campanhas, concursos, sorteios ou outras iniciativas que envolvam os estabelecimentos comerciais, com o intuito de os dinamizar;

5. Obrigatoriedades no âmbito do coronavírus SARS-CoV-2 e consequente da doença COVID-19, sem prejuízo de todas as diretivas emanadas pelas autoridades de saúde regionais e nacionais:

5.1 O evento não deverá contar com a visita organizada de grupos de crianças, de modo a evitar contactos no transporte e aglomerações no recinto;

5.2 Evitar qualquer tipo de animação que implique a interação com contato físico entre o público, privilegiando as atividades que mantenham a distância social mínima de 2 metros;

5.3 Não é permitido o comércio ou consumo de bebidas alcoólicas neste espaço;

5.4 Cada um dos dois abrigos albergará quatro atividades, cada atividade assegurada por uma pessoa, que disporá de uma extensão aproximada de 3metros, onde desenvolverá o seu trabalho e exporá os seus produtos, com os devidos afastamentos;

5.5 O espaço da praça contemplará, com o devido afastamento, as zonas de trabalho, exposição e venda de produtos, acima descritas, e zonas de estar abertas, com pérolas totalmente descobertas e alguns bancos de jardim, devidamente espaçados;

5.6 Toda a área do evento e de circulação de pessoas funcionará numa lógica de espaço público, aberto e livre de obstáculos, que privilegiará a observação durante a passagem, ao invés da permanência no local;

5.7 Terão de ser disponibilizados dispensadores com solução antisséptica de base alcoólica e ou álcool gel desinfetante nos diversos espaços, para uso aconselhável e regular do público e dos seus colaboradores ao longo do dia;

5.8 Todos os colaboradores deverão ser informados sobre o Plano de Contingência previamente ao evento, garantindo que estão aptos para reconhecer e atuar perante um visitante ou colaborador com suspeita de COVID-19;

5.9 Deverá ser afixada sinalética com informações das medidas de prevenção e controlo da COVID-19;

5.10 O assistente em permanência deverá certificar-se de que todos os colaboradores e público em geral cumprem o uso de máscara ou viseira durante todo período de atendimento, contacto com o público e circulação no recinto;

5.11 Será mantida operacional uma sala de isolamento com as condições de segurança necessárias como ventilação, zona de descanso, kit de águas, alimentos, termómetro e ponto de comunicação com organização;

6. Desmontagem e Relatório final

6.1 Desmontagem, acondicionamento e transporte de todo o material do evento (existente ou adquirido no âmbito deste procedimento) para os armazéns da CMF, na Fundoa;

6.2 Elaboração de um relatório final, com o inventário de todo o material, acompanhado por fotos, e respetivo estado de conservação de cada objeto, bem como uma descrição sumária

de todos os pontos fortes e fracos e identificação de aspetos a melhorar em posteriores eventos desta natureza.

b) Obrigação de executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;

c) Obrigação de recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;

d) Obrigação de produzir a documentação técnica de apoio a eventuais reuniões de acompanhamento ou de esclarecimento da prestação de serviço;

e) Obrigação de não alterar as condições da prestação dos serviços e executá-lo integral e pontualmente de acordo com as especificações do presente Caderno de Encargos;

f) Obrigação de comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

g) Obrigação de comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;

h) Obrigação de manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios à execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

i) Obrigação de possuir todos os seguros obrigatórios por lei, bem como as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato, sendo os mesmos da sua inteira responsabilidade.

Cláusula 5.ª

Informação e sigilo

1- O prestador de serviços deve prestar à entidade adjudicante todas as informações que esta lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo, de igual forma, a

entidade adjudicante satisfazer os pedidos de informação formulados pelo prestador de serviços e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2- A entidade adjudicante e o prestador de serviços guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Cláusula 6.ª

Preço Base e Preço contratual

1- O preço base do presente procedimento não pode, em qualquer caso, ser superior a **64.450,00 €** **(Sessenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta euros)** ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao parâmetro base do preço, isto é, ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos do disposto no artigo 47.º n.º 1 alínea a) do CCP.

2- Este preço base, conforme artigo 47º nº3 do CCP, resultou dos preços atualizados do mercado, obtidos através de procedimentos anteriores para prestações do mesmo tipo e histórico de aquisições similares pela entidade adjudicante nos anos anteriores.

3- Pela prestação de serviços objeto do contrato o Município do Funchal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, sendo esse o preço contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

4- O preço referido no número anterior inclui todos os custos e despesas relativos à execução do contrato.

Cláusula 7.ª

Condições de pagamento

1- As quantias devidas pelo Município do Funchal, são pagas no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2- Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a execução da prestação de serviços objeto do contrato a que respeita a fatura, estipulado da seguinte forma:

a) 40% do valor adjudicado a partir do dia 09 de dezembro de 2020;

b) 60% do valor adjudicado a partir do dia 06 de janeiro de 2021;

3- Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4- Não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

5- Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

6 - O pagamento que ocorra em data posterior à estabelecida no n.º 1 da presente cláusula, determina o pagamento de juros moratórios pelo atraso no cumprimento da obrigação pecuniária.

Cláusula 8.ª

Caução

De acordo com o disposto no n.º 2 e 3 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, quando o preço contratual for inferior a € 200.000,00 (duzentos mil euros), não é exigível a prestação de caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, nem se irá proceder à retenção dos pagamentos a efetuar pela entidade adjudicante.

Cláusula 9.ª

Seguros

Todos os seguros obrigatórios e/ou facultativos considerados indispensáveis ao bom cumprimento do contrato, são da responsabilidade do prestador de serviços.

Cláusula 10.ª
Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Município do Funchal pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento sob a forma de mora dos prazos da realização da prestação de serviços, na proporção de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

b) Pelo cumprimento defeituoso da prestação de serviços nos exatos termos, requisitos e especificações técnicas fixados no Caderno de Encargos, que não seja eliminado no prazo de 10 dias, no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

c) Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao prestador de serviços, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2 – O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.

3 – Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o prestador de serviços que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.

6 - No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao prestador de serviços que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7 – Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

8 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9 – O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª

Força maior

1 – Na fase de execução do contrato não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

5 – Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas

avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Município do Funchal pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o prestador de serviços viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

2 – Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao prestador de serviços, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2 – No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 – Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

Cláusula 14.ª

Gestor do contrato

A responsável, gestora do contrato é a senhora Dr.ª Luisa Raquel Brazão, Diretora do Departamento de Economia e Cultura da Câmara Municipal do Funchal, e-mail raquel.brazao@cm-funchal.pt

Cláusula 15.ª

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1. Fundamentação, objeto e duração do tratamento de dados

O objeto e a duração do tratamento, a natureza, a finalidade, as categorias dos sujeitos dos dados e os tipos de dados pessoais tratados pela Segunda Outorgante por conta da Primeira Outorgante são os seguintes:

i) Objeto do tratamento são dos dados pessoais referidos nos Anexos do presente caderno de encargos;

ii) Duração do Tratamento ocorrerá até ao decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato;

iii) Fundamentação - O tratamento é necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, e no âmbito do interesse legítimo do Município, nos termos do seu objeto.

iv) Finalidade - Para "**Prestação de serviços para o evento "Aldeia Natal 2020""**

2. Confidencialidade e proteção de dados

2.1. A Segunda Outorgante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Primeira Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2.2. Os dados pessoais a que a Segunda Outorgante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela

Primeira Outorgante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância com as regras e normas do RGPD e a Lei de Proteção de Dados, obrigando-se a Segunda Outorgante a:

2.2.1. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto do presente contrato;

2.2.2. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados, nomeadamente, em matéria de fundamentação de tratamento e, quando necessário, de obtenção do respetivo consentimento;

2.2.3. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

2.2.4. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Primeira Outorgante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

2.2.5. A Segunda Outorgante compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Primeira Outorgante.

2.3. As Outorgantes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

3. Subcontratação

3.1. Caso a Segunda Outorgante seja autorizada pela Primeira Outorgante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

3.2. A Segunda Outorgante obriga-se a garantir que as empresas por esta subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a Segunda Outorgante celebra com outras entidades por si subcontratadas.

4. Segurança de informação relativamente aos dados pessoais

4.1. A Segunda Outorgante obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Primeira Outorgante contra a respetiva destruição,

acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.

4.2. A Segunda Outorgante procederá, nomeadamente, à utilização das seguintes medidas de segurança física: a separação lógica dos processos e dos dados pessoais do Primeiro Outorgante dos dados pessoais de outros clientes, a utilização de *backups*, o armazenamento de documentos em área ou salas trancadas de acesso restrito.

4.3. O envio da informação para a Primeira Outorgante será realizado através de ficheiro com salvaguarda de acesso através de password que será definida autonomamente entre as partes.

4.4. A Segunda Outorgante procederá à utilização das seguintes medidas de segurança lógica quando necessário: a pseudonimização ou a cifragem dos dados pessoais, o controlo de acessos, a restrição de acessos através de contas de utilizador com permissões específicas e a utilização de *logs* de atividade, ou demais regras que resultem da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março.

5. Segurança das comunicações

A Segunda Outorgante adotará as medidas técnicas apropriadas para salvaguardar a segurança das suas redes de comunicação eletrónicas e/ou dos serviços prestados à Primeiro Outorgante ou utilizados para transferir ou transmitir dados pessoais.

6. Tratamento de dados pessoais pelos colaboradores da Segunda Outorgante

6.1. A Segunda Outorgante deverá assegurar que os seus colaboradores conhecem com as regras e o regime do Regulamento Geral de Proteção de Dados e cumprem todas as obrigações previstas no contrato relativamente à proteção de dados pessoais.

6.2. A Segunda Outorgante será responsável por qualquer prejuízo em que a Primeira Outorgante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

7. Violação de dados pessoais

7.1. A Segunda Outorgante notificará a Primeira Outorgante da forma mais célere possível, atentas as circunstâncias do caso concreto, de qualquer destruição acidental, não autorizada ou ilegal, perda, alteração ou divulgação ou o acesso a dados pessoais tratados em nome ou por conta da Primeira Outorgante.

7.2. Em caso de incidente, que poderá respeitar a violação de dados, a Segunda Outorgante notificará a

Primeira, entre outros, dos seguintes elementos:

7.2.1. *Quanto ao incidente*: (i) uma descrição detalhada da violação de segurança (ii) a identificação do tipo de dados que foram objeto de violação; e (iii) a identidade de cada pessoa afetada (ou, se tal não for possível, o número aproximado de titulares de dados e dos registos em causa);

7.2.2. *Quanto a responsável pelo tratamento de dados e medidas a implementar*: (i) o nome e informações de contato do Encarregado de Proteção de Dados da empresa ou do responsável de tratamento de dados da empresa; (ii) uma descrição das consequências prováveis da Violação de Segurança (iii) uma descrição das medidas propostas pela empresa para tratar a Violação de Segurança;

7.2.3. *Medidas a adotar*: as medidas a adotar para mitigar os seus possíveis efeitos adversos; e, ainda a indicação de todos os esforços realizados para mitigar os efeitos de uma eventual Violação de Segurança de acordo com as suas obrigações nos termos do presente contrato.

7.3. A Segunda Outorgante não disponibilizará ou publicará qualquer informação, comunicação, aviso, *press release*, ou relatório sobre qualquer Violação de Segurança em relação aos dados pessoais sem aprovação prévia da Primeira Outorgante.

8. Período de conservação de dados pessoais

8.1. A Segunda Outorgante procederá à conservação dos dados pessoais pelo período que estiver fixado por norma legal ou regulamentar ou, na falta desta, até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato, podendo esse prazo ser alargado por indicação da Primeira Outorgante.

8.2. Quando cesse a finalidade que motivou o tratamento, inicial ou posterior, de dados pessoais, o responsável pelo tratamento da Segunda Outorgante deverá proceder à sua destruição ou anonimização.

8.3. Todos os dados pessoais que sejam rececionados pela Segunda Outorgante que constem do pedido à constituição de relação jurídica de Agente cuja autorização não seja confirmada pela Primeira Outorgante deverão ser eliminados após decisão de indeferimento do pedido.

8.4. Nos casos em que exista um prazo de conservação de dados imposto por lei, só pode ser exercido o direito ao apagamento findo o respetivo prazo legal.

9. Pedidos de informação que envolvam dados pessoais

9.1. Caso seja solicitada qualquer informação relativa a dados pessoais por lei, por ordem judicial, por mandado, ou por notificação ou qualquer outro processo judicial legal, as partes cooperaram no sentido de

remeter a informação no mais curto espaço de tempo possível, permitindo cumprir à parte interessada o respetivo prazo legal.

Cláusula 16.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.ª

Subcontratação, cessão de créditos e da posição contratual

1 - A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão de créditos só se efetuará mediante a autorização prévia, escrita, do órgão competente da Entidade Adjudicante, nos termos da legislação aplicável.

Cláusula 18.ª

Contagem dos prazos

Os prazos durante a execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 19.ª

Comunicações e notificações

1 – Na fase de formação de contrato todas as comunicações entre a entidade adjudicante e os operadores económicos, interessados, concorrentes e adjudicatário são efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, disponível em www.acingov.pt.

2 – Em sede de execução contratual, todas as comunicações entre o contraente público e o prestador de serviços são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato, por correio eletrónico ou fax.

3 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que for omisso no presente caderno de encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos nas suas atuais redações e demais legislação avulsa.